

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
IZABELE CAROLINE SILVA ARVING

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO
DE PINHAIS: ACESSO À ESCOLA E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

CURITIBA
2019

IZABELE CAROLINE SILVA ARVING

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO
DE PINHAIS: ACESSO À ESCOLA E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como requisito parcial à
conclusão do Curso de Especialização em
Políticas Educacionais, do Setor de
Educação, da Universidade Federal do
Paraná- UFPR.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela
Schneider

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar presente em minha vida, por seu amor constante e por ser minha fortaleza em momentos de aflição.

Agradeço aos meus pais, Rosana e Izac. Que sempre me apoiaram e me incentivaram neste sonho. Vocês são esplêndidos, devo tudo o que sou a vocês.

Agradeço ao meu esposo, Douglas, por me apoiar na profissão que escolhi e principalmente por continuar me incentivando a ir além. Obrigada por ser meu porto seguro.

Um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Prof. Dra. Gabriela Schneider, que aceitou o desafio de me orientar neste trabalho! Obrigada por me acolher com tanto carinho, me senti muito honrada com a sua orientação. Obrigada por em todo tempo demonstrar preocupação com a minha satisfação em realizar este trabalho, você é uma pessoa incrível! Você estará presente sempre no meu coração.

Agradeço aos professores do Curso de Especialização de Políticas Educacionais que ampliaram meus conhecimentos sobre este assunto.

Agradeço a minha amiga Jéssica da Costa Ricordi que conheci na graduação de Pedagogia. Que tornou a especialização ainda mais preciosa, com a sua presença! Obrigada Jéssica pelas conversas e discussões tão prazerosas, pelas piadas e pelos trabalhos concluídos com sucesso!

Agradeço também, a servidora do município de Pinhais que aceitou participar da pesquisa para que este trabalho pudesse ser concluído.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Izabele Caroline Silva Arving

“A sabedoria é a árvore que dá vida a quem a abraça; quem a ela se apegar será
abençoado.”

Provérbios 3:18

RESUMO

Este estudo procura compreender os mecanismos de alocação dos estudantes, no município de Pinhais- PR. Trata-se de uma investigação que busca discutir como se dá a atual política de distribuição dos estudantes e as razões para a sua implementação. Tendo como objetivo investigar a questão do acesso à educação básica, focando nas políticas de distribuição de oportunidades educacionais e suas relações com a segregação escolar. A análise foca-se no município de Pinhais, haja vista que esse faz o processo de alocação dos estudantes por meio de um sistema misto, utilizando o sistema de georreferenciamento, bem como há a possibilidade de escolha pelos pais, mães e responsáveis. A reflexão é importante porque ao democratizar o ensino fundamental, novas formas de exclusão limitam o acesso à educação de qualidade, a falta de condições de qualidade para todos, contribui para a diferenciação entre as escolas públicas de ensino. Esta distinção é revelada na capacidade dessas de produzir credenciais socialmente valorizadas, que contribuem para as desigualdades educacionais. A pesquisa contou com a realização de entrevista com a servidora do município de Pinhais, responsável pelo setor de matrículas. As análises indicam que apesar do município permitir a escolha das escolas pelos pais, essa é limitada devido ao não oferecimento de transporte pelo município. Além disso, percebe-se que as escolas mais procuradas são aquelas que tem atendimento integral o que diferencia um pouco dos estudos que sugerem que as escolas mais procuradas são as escolas entendidas como de prestígio. Considera-se que o estudo contribui para a compreensão do acesso à educação de qualidade e para pensar a questão das desigualdades educacionais.

Palavras chave: Distribuição de Oportunidades Educacionais. Desigualdades Educacionais. Acesso à educação. Escolha Escolar.

ABSTRACT

This study seeks to understand the mechanisms of student allocation in the municipality of Pinhais-PR. It is an investigation that seeks to discuss how the current distribution policy of students is given and the reasons for its implementation. Aiming to investigate the issue of access to basic education, focusing on the policies of distribution of educational opportunities and their relations with school segregation. The analysis focuses on the municipality of Pinhais, since it does the process of allocating students through a mixed system, using the georeferencing system, as well as the possibility of choosing for parents, mothers and caregivers. Reflection is important because when democratizing primary education, new forms of exclusion limit access to quality education, lack of quality conditions for all, and contribute to the differentiation between public schools. This distinction is revealed in their ability to produce socially valued credentials, which contribute to educational inequalities. The research was conducted with an interview with the server of the municipality of Pinhais, responsible for the enrollment sector. The analyzes indicate that although the municipality allows the choice of schools by the parents, this is limited due to the lack of transportation offered by the municipality. In addition, it can be seen that the most sought-after schools are those that have full attendance, which differs somewhat from the studies that suggest that the most sought-after schools are understood as prestigious schools. It is considered that the study contributes to the understanding of access to quality education and to thinking about educational inequalities.

Keywords: Distribution of Educational Opportunities. Educational Inequalities. Access to education. Choose School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ALOCAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS: ESTRATIFICAÇÃO ESCOLAR E DESIGUALDADE DE OFERTA.....	13
2.1 DISTRIBUIÇÃO E ACESSO ÀS VAGAS EM ESCOLAS PÚBLICAS.....	20
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	26
3.1 O MUNICÍPIO ANALISADO	28
4. ESCOLHA DOS PAIS DOS PAIS E O GEORREFERENCIAMENTO: UM OLHAR SOBRE A ALOCAÇÃO DOS ESTUDANTES EM PINHAIS	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira até hoje é marcada por fortes desigualdades (BRUEL, 2014). Por muitos anos, o acesso ficou restrito apenas para as camadas mais ricas do país. Em termos legais, pode-se afirmar que a constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 avançam no sentido da garantia do direito à educação, tornando a educação obrigatória e direito público subjetivo e dever do Estado. Contudo, a prescrição em lei, apesar de necessária, não garante sozinha sua efetividade.

No artigo 206 da Constituição Federal de 1988, são afirmados os princípios da Educação Brasileira, em que cabe ressaltar o inciso I. “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e o inciso VII. “garantia de padrão de qualidade”, é perceptível mecanismos declaratórios e garantidores à uma educação básica de qualidade para todos e todas.

Com a expansão do acesso e permanência ao Ensino Fundamental para amplas camadas da população (OLIVEIRA, 2007), muda-se o lócus da pesquisa para as discussões de novos processos de exclusão educacional, em que se destaca a questão da qualidade e as desigualdades de oportunidades educacionais. Se a exclusão era feita através da falta de acesso à vaga a educação básica, hoje o acesso à educação é a forma de manutenção de privilégios (BRUEL, 2014), tendo em vista que são garantidos acessos diferentes às escolas.

A qualidade da educação está garantida na constituição, pelo art.212 afirmando o compromisso de investimento obrigatório de todos os entes federados com a educação de qualidade. Segundo Cury (2014, p. 1059):

[...] art.3º, IX, da lei de diretrizes e bases da educação nacional e mais especificado no art.4º, IX, no qual se nomina o que são padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem. Mais adiante o art. 74 vai indicar uma base capaz de assegurar ensino de qualidade: padrão mínimo de oportunidades educacionais e custo mínimo por aluno.

Apesar da definição e garantia legal da qualidade como um dos princípios educacionais, a própria definição do que seria uma educação de qualidade e qual são os insumos mínimos necessários à sua consecução ainda

são objeto de disputa no campo educacional. Na prática há uma diferenciação de qualidade entre instituições de ensino públicas que acaba por constituir em uma negação do direito ao acesso à uma educação pública de qualidade para todos e todas.

Nesse sentido, pode-se dizer que um dos desafios da educação brasileira consiste na garantia de um padrão de qualidade para todas as instituições de ensino públicas prevista em Lei, tendo em vista, a precariedade das condições de algumas instituições do país, sendo as que possuem as condições materiais estruturais mais precárias são as que atendem majoritariamente as camadas mais pobres (BRUEL, 2014). Nesta perspectiva, há forte diferenciação entre as escolas públicas e privadas, e principalmente entre escolas de uma mesma rede de ensino. Costa e Koslinski (2011, p.230) explicam que:

É reconhecida a acirrada contenda por vagas em algumas instituições públicas, nitidamente distintas das demais por sua reputação de boa qualidade. São poucas escolas, geralmente mantidas pelo governo federal ou ligadas a universidades públicas, que desfrutam de condições excepcionais, quando comparadas a suas parceiras da rede pública “comum”.

A forte diferenciação entre as escolas públicas fez com que, na literatura, se distinguíssem dois tipos de escolas, de um lado aquelas reconhecidas por suas condições de oferta e resultados estudantis, conhecidas como “escolas de prestígio” e de outro “escolas desprestigiadas” que apresentam índices considerados ruins e, na maioria das vezes piores condições de qualidade (sejam em termos de formação e vínculo docente, infraestrutura escolar e gestão). Há existência desses dois tipos de escola, faz com que alguns responsáveis busquem matricular seus filhos nessas escolas, gerando muitas vezes uma disputa por tais instituições. Estudos feitos por Costa e Koslinski (2009; 2011) revelam que há um quase-mercado educacional no Brasil, para os autores (2009, p.4) “este funciona a partir de concessão de oportunidades de escolhas entre um cardápio de escolas, que imporia, a partir da demanda (os estudantes/ famílias), reações por parte da oferta (as escolas)”.

Yair (1996) destaca que o prestígio das escolas não está ligado unicamente ao fato de apresentarem bons indicadores, mas também ao fato de existirem outras com piores reputações. Estudos nesse campo devem considerar fatores estruturais presentes no próprio

quase-mercado. Há, portanto, o que o autor chama de ecologia de quase-mercado, um sistema interligado de escolas que apresentam um mercado de vagas, mais ou menos concorridas. Tal mercado determina um trânsito de alunos pelas escolas ajustando competências dos alunos e expectativas das famílias em relação à escolarização dos filhos (BRUEL; BARTHOLO, 2012, p.309).

No Brasil não há políticas deliberadas sobre a escolha familiar, haja vista que em muitos estados a alocação dos alunos nas escolas é feita a partir do sistema de georreferenciamento, alocando os estudantes em escolas próximas a sua residência, que tem consonância com a própria determinação da LDB de garantia de vaga nas escolas próximas a residência do estudante.

Tais escolhas, porém, nem sempre são possíveis de serem feitas por todos os pais. Para Koslinski e Carvalho (2015) a falta de regras ou de políticas abertas sobre a escolha escolar, ocasiona segregação escolar, uma vez que os pais das camadas mais pobres não efetivam suas escolhas de forma consciente, igual as famílias que detém algum capital cultural, social e econômico.

Os municípios possuem autonomia para tomar suas decisões referentes as normatizações dos processos de distribuição de vagas, desde que respeitem a legislação nacional. Entretanto, o modelo desigual de oportunidades educacionais aliado ao fato que algumas famílias conseguem escolher e outras não, gera ainda mais desigualdade na oferta. Independente das normatizações acerca da distribuição de vagas nas escolas públicas, a desigualdade educacional brasileira está presente desde os primórdios da educação, em que nos dias atuais ainda se desvela em ofertas desiguais.

Por mais que em alguns municípios o mecanismo de alocação dos estudantes se dá através da política de georreferenciamento, ou seja, com a escola mais perto da sua casa, as diferenças de oferta entre as escolas e mesmo a consolidação de uma percepção de escolas com maior ou menor prestígio, faz com que algumas famílias estabeleçam mecanismos de burla ao sistema para alocar seus filhos à escola almejada (KOSLINSKI; CARVALHO, 2015). Outro fator preponderante é que as escolas de prestígio disputam por alunos (as) e pais, como também “utilizam mecanismos obscuros e mesmo ilegais de seleção do alunado” (KOSLINSKI; CARVALHO, 2015, p.919).

Bruel (2014) explica que não há apenas um tipo de mecanismo de alocação de estudantes no Brasil, pois os diferentes estados e municípios podem

determinar suas estratégias de alocação. “Nos estados do Paraná e Minas Gerais, a distribuição se faz por georreferenciamento, e uma correspondência é enviada para a residência do aluno” (BRUEL, 2014, p.40). O estado do Rio de Janeiro se difere dos demais estados citados por adotar a seguinte estratégia de alocação de alunos:

[...] no município do Rio de Janeiro as famílias podem escolher a escola em que seus filhos serão matriculados pela primeira vez na rede municipal por meio de um mecanismo informatizado de escolha. Quando os estudantes já estão integrados à rede de ensino, a transição entre estabelecimentos escolares pode se realizar por meio de uma lista tríplice ou quádrupla que apresente as preferências dos pais, ou pode se realizar por indicação da burocracia estatal (BRUEL, 2014, p.40).

A política de alocação de estudantes do Rio de Janeiro é flexível, Bruel (2014, p.60) explica que:

A regulamentação da matrícula na rede municipal de ensino pelo Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro não estabelece uma política explícita de escolha pelos pais e tampouco determina que ela deva ser circunscrita à região de moradia do estudante, o que garante certa flexibilidade à atuação da administração executiva do sistema no sentido de elaboração de políticas para a distribuição das oportunidades educacionais entre a população.

Como se pode perceber há várias formas de alocação dos estudantes dentro das escolas, sendo que cabe as secretarias municipais e estaduais de educação definir tais critérios, sendo importante compreender os motivos que fazem com que um determinado sistema de distribuição de vagas seja preferível a outro. Tal discussão é de extrema importância pois, relaciona-se a própria garantia/efetividade do direito à educação. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender justamente a ação do poder público frente aos mecanismos de alocação dos estudantes, no município de Pinhais- PR. A escolha de Pinhais se deu porque é um município que faz o processo de alocação dos estudantes, em um sistema misto, utilizando o sistema de georreferenciamento, bem como há a possibilidade de escolha pelos pais, mães e responsáveis. Nesse sentido, o presente trabalho vai discutir como se dá a atual política de distribuição dos estudantes e as razões para a sua implementação. Os objetivos da pesquisa no âmbito das políticas educacionais envolvem a necessidade de: investigar a

questão do acesso à educação básica, focando nas políticas de distribuição de oportunidades educacionais e suas relações com a segregação escolar; analisar como os estudantes do município de Pinhais são alocados dentro das escolas; discutir se a política de distribuição de oportunidades educacionais contribui para a segregação dos estudantes entre as escolas. Para cumprir os objetivos propostos o presente trabalho se organiza em três capítulos.

Na primeira parte deste trabalho, aborda-se a questão do direito à educação e a alocação das crianças nas escolas, procurando olhar para a estratificação social e a desigualdade de oferta. Explicitando os embates referentes a efetivação do direito à educação de qualidade e a criação de novos mecanismos de diferenciação entre as classes, oportunizando desigualdades educacionais. Com a universalização do ensino público, novas demandas são desveladas como o acesso à educação de qualidade. Em sociedades fortemente demarcadas por estratificação social, os diplomas são valorizados e as instituições que os fornecem também. Nesta perspectiva, algumas escolas que possuem condições de qualidade se destacam mais que outras dentro de uma mesma rede pública de ensino. Causando uma disputa por vagas e fomentando a seleção desta por estudantes, fomentando a segregação social. Em que, é salutar para esta discussão a teoria da Desigualdade Maximamente Mantida elaborada por Raftery e Hout e a da Desigualdade Efetivamente Mantida elaborada por Lucas. Frente a estas perspectivas, este capítulo ainda aborda os sistemas de alocação de estudantes e a liberdade dos municípios em defini-los. Os estudos concentraram-se no sistema de georreferenciamento e na escolha dos pais, no sentido de compreender as influências desta política na segregação entre escolas.

O capítulo 3 aborda a metodologia desta pesquisa qualitativa, em que por meio de entrevista foi possível compreender a política de distribuição de estudantes no município de Pinhais, este capítulo traz uma caracterização do município estudado.

O capítulo 4 evidencia o resultado dos dados colhidos na entrevista e suas reflexões.

2. O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ALOCAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS: ESTRATIFICAÇÃO ESCOLAR E DESIGUALDADE DE OFERTA

A constituição de 1988 trouxe avanços para o campo educacional ao reafirmar a educação como dever primeiro do Estado, o responsabilizando pela oferta e garantindo mecanismos para o financiamento da educação. Além disso, tal constituição avança ao afirmar a educação pública e gratuita como, direito de todos e estabelecendo princípios para sua oferta e mecanismos para sua exigibilidade (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2007). Porém entre a declaração do direito e a sua efetividade há grandes disparidades, segundo Chauí (1989, p.26):

Cada direito, uma vez proclamado, abre campo para a declaração de novos direitos e que essa ampliação das declarações de direitos entra em contradição com a ordem estabelecida. Podemos, então dizer que as declarações de direitos “afirmam mais” do que a ordem estabelecida permite e “afirma menos” do que os direitos exigem, essa discrepância abre uma brecha para pensarmos a dimensão democrática dos direitos.

Os direitos “afirmam mais” por garantir que em regime de colaboração entre os entes federados seja garantida os investimentos em educação, porém os direitos “afirmam menos” quando o acesso à educação de qualidade não é acessível a todos (as), tendo em vista que o ensino fundamental é praticamente universalizado, porém com acentuada desigualdades de oportunidades educacionais. Segundo Bruel (2014, p.14):

[...] a ampliação do acesso à escolarização acompanhou a marcha da urbanização do país e não se realizou de forma homogênea em todo o território nacional. O Brasil se mantém como um país de grandes desigualdades significativas entre os seus entes federados.

Autora ainda explica que a universalização do ensino fundamental trouxe avanços ao trazer para dentro das escolas as camadas antes excluídas, porém o acesso a uma escolarização de qualidade se mantém como privilégio para poucos, principalmente para aquelas famílias que possuem capital social, cultural e econômico para acessar não só por meio burocrático, mas também por sua rede de contatos uma escola de qualidade. Segundo Oliveira (2007, p.671):

[...] ao longo dos últimos anos, acentuou-se o processo de incorporação ao sistema de ensino da grande maioria da população, praticamente superando a causa histórica e mais significativa de exclusão: a falta de escolas. Ainda que ocorrendo concomitantemente a esta, à medida que a exclusão por falta de escola diminuiu, visibilizou-se uma outra, a que ocorre no interior do sistema de ensino.

Para compreender as desigualdades educacionais e sociais, segundo Bruel (2014) é importante ter em vista algumas análises sobre a organização da sociedade em que pretende estudar o modelo educativo. “A organização da sociedade não explica sozinha a constituição dos sistemas educacionais, mas contribui para um olhar sobre os contextos a partir dos quais eles se desenvolvem” (BRUEL, 2014, p.7). Nesta perspectiva Bruel (2014, p.143) explica:

[...] a organização da sociedade não explica sozinha a constituição dos sistemas educacionais. Uma análise histórica das sociedades humanas indica que a educação não é uma função imediata dos processos de estratificação social. De acordo com Collins (2000), historicamente, a organização do desenvolvimento educacional contribuiu mais para a consolidação das formas de estratificação dos grupos sociais do que o inverso.

Para Cherkaoui (1995) a estratificação existe quando há diferenciação e desigualdades entre um grupo, sendo composta pela dimensão do status, que diferencia os indivíduos a partir de acesso à bens culturais, econômicos e sociais, estilo de vida, status de nascimento ou profissão. O autor revela que os grupos procuram se associar entre si mantendo relações sociais com aqueles que possuem mesmo status, neste sentido:

Cada grupo procura sublinhar a sua identidade e diferenciar-se dos outros, escavar o fosso que o separa do inferior e aproximar-se, assim, do superior. Pelo consumo suntuário ostentatório, por certas práticas culturais ou desportivas que exigem muito dinheiro e uma longa educação, por certos hábitos, um grupo defende-se dos intrusos e garante o reconhecimento, pelos membros dos outros grupos, da legitimidade de seu prestígio. Mesmo nas sociedades democráticas, em que se admite a igualdade de condições, assiste-se a longo prazo à cristalização desses grupos e à constituição de verdadeiras aristocracias, ou até de castas, as quais é praticamente impossível ter acesso (CHERKAOUI, 1995, p.133).

Nesta perspectiva, o ambiente escolar pode ser um espaço de rompimento ou manutenção dessa estratificação entre os grupos, sendo o

mecanismo de distribuição dos estudantes entre as escolas, extremamente importante para garantir escolas mais heterogêneas.

Segundo Van Zanten (2010) os pais das classes médias constroem a imagem de certos grupos como “diferentes de si”, assim como as famílias de classes altas de Cherkaoui tendem a se diferenciar das famílias pobres através de seu consumo ostentatório, estas famílias estabelecem relações com os grupos “próximos de si” que compartilham do mesmo habitus, gerando desta maneira o abandono de certos estabelecimentos de ensino que remetem aos “diferentes de si”. O fechamento das redes de relação em grupos “próximos de si” e em “diferentes de si” acabam por contribuir nas desigualdades educacionais, uma vez que certas informações sobre as instituições de prestígio¹ podem ficar restringidas em certos grupos, contribuindo para a estratificação educacional. Deste modo, a escolha dos estabelecimentos escolares pelos pais, mães e responsáveis mantém uma relação estreita com a segregação escolar, ou seja, ocorre uma homogeneização do alunado, pois a escola de prestígio seleciona na entrada e acaba por causar uma auto - seleção por parte das famílias.

Pode-se dizer que alguns rituais que são próprios da escola, por vezes começam a se estender para a estrutura social contribuindo para a manutenção da distinção entre os indivíduos, ou mesmo para novas distinções, afinal:

A expansão educacional traz consigo, também o aumento da importância das credenciais outorgadas pela escola na forma de diplomas e certificações. Collins (2000) procura explicar como essas credenciais são utilizadas, em diferentes situações sociais, para selecionar os indivíduos, bem como para lhes atribuir distintos graus de status. O autor identifica um processo de “inflação” das credenciais, que pode ser explicado como um movimento acelerado de busca por e produção de novos diplomas (BRUEL, 2014, p.9).

Nesta perspectiva, Dubet, Bellat e Vêrétout (2012) explicam que quanto mais importante são os diplomas para a sociedade, mais interesse as pessoas possuem em obtê-los, como cada um o busca de maneira individual, acaba por acentuar as distâncias escolares. “O jogo escolar seria mais descontraído se os diplomas fossem menos vitais” (DUBET, BELLAT, VÉRÉTOUT, 2012, p.48).

¹ Escolas de Prestígio se destacam em relação às características físicas, identidade institucional, população atendida, percepção e valorização pela comunidade, condições de qualidade, entre vários outros fatores.

Para os autores é possível notar uma semelhança significativa entre a influência dos diplomas e as desigualdades escolares. Quanto maior a importância dos diplomas escolares, mais marcadas as desigualdades escolares, uma vez que os diplomas podem determinar posições sociais, ou seja, renda e status social. Os pais e responsáveis tendem a “fazer de tudo” para aumentar a vantagem escolar de seus filhos e filhas, visto que o seu futuro depende de seu diploma (DUBET, DURU-BELLAT, VÉRÉTOUT, 2010). Neste sentido, Shavit e Muller mostram que (1998, *apud* DUBET, DURU-BELLAT, VÉRÉTOUT, 2010, p.51) “a influência dos diplomas é mais intensa quando os sistemas educativos apresentam um caráter estratificado, ou seja, quando comportam habilitações distintas e hierarquizadas”.

Os diplomas e certificações outorgados pelas escolas, configuram em credenciais. Collins (2000, *apud* Bruel, 2014, p.153) procura explicar “como essas credenciais são utilizadas, em diferentes situações sociais, para selecionar os indivíduos, bem como para lhes atribuir distintos graus de status”. Assim, a existência de credenciais distintas contribui para a seleção de um determinado grupo de alunado e a exclusão de outro, e favorece o sucesso na trajetória escolar dos estudantes destas instituições. Neste sentido as instituições de prestígio possuem a capacidade de produzir credenciais socialmente valorizadas, assim para compreender as desigualdades educacionais e a existência de credenciais, é importante recorrer a duas teorias: são elas a Desigualdade Maximamente Mantida e da Desigualdade Efetivamente Mantida (BRUEL, 2014, p.155):

A hipótese da Desigualdade Maximamente Mantida elaborada por Raftery e Hout (1993), conduz à compreensão de que a expansão do acesso à educação escolar é condição necessária para a redução das desigualdades, mas não o suficiente, na medida em que esta expansão permanece limitada pelos interesses dos grupos sociais que compõem as elites. A expansão, assim, fica condicionada ao acesso prioritário das camadas privilegiadas aos níveis mais elevados da escolaridade, inclusive como forma de manter as vantagens dessas classes sobre as demais, perpetuando as desigualdades existentes.

Assim permite-se às classes mais pobres o ingresso aos níveis básicos e intermediários de ensino, ou seja, ocorre uma mobilidade nesta classe, porém criam-se novos níveis educacionais para manter a diferenciação entre esses estratos e as elites.

Com crítica à hipótese da Desigualdade Maximamente mantida Lucas (2001) propõe a hipótese da Desigualdade Efetivamente Mantida, “que implica em observar aspectos qualitativos dos sistemas educacionais” (BRUEL, 2014, p.155).

Para o autor, as classes favorecidas garantem a manutenção de suas vantagens educacionais mesmo quando determinado nível de ensino passa por um processo de massificação, criando distinções entre tipos de escola, estabelecendo processos de seleção e trajetórias diferenciadas entre os grupos sociais. O olhar indicado por Lucas (2001) remete a análise para dentro dos sistemas educacionais de forma a captar a diferenciação entre instituições de ensino. Considera-se que as desigualdades são mantidas não apenas pelas restrições de acesso a determinados níveis mais elevados de ensino, **mas também por meio de processos seletivos que restringem o acesso às melhores instituições educativas** (BRUEL, 2014, p.156, grifos nossos).

Muitas escolas dentro de uma mesma rede selecionam o seu alunado a partir das notas do boletim ou por meio de processo seletivo que envolve avaliações. Bruel (2014, p.156) explica que:

Além da seleção no momento de acesso, é possível perceber mecanismos seletivos e excludentes ao longo do processo de escolarização que levam à não aprendizagem, à reprovação escolar, evasão e abandono, que culminam em trajetórias acadêmicas fragmentadas, descontinuadas e não concluídas ou concluídas com êxito.

Mecanismos são criados para dar acesso diferenciado as escolas de prestígio, e muitas vezes esses critérios não são claros para as famílias (NOGUEIRA, 1998, p.44), segregando o alunado no momento do acesso à instituição. Nesta perspectiva, o olhar dos autores da teoria da Desigualdade Maximamente Mantida e da Desigualdade Efetivamente Mantida contribui para uma reflexão acerca dos processos de desigualdade educacional e social, uma vez que as trajetórias escolares de sucesso permanecem restritas a oportunidades em escolas que se destacam por sua qualidade, características físicas, identidade institucional, população atendida, percepção e valorização da comunidade, entre outros fatores. Em que estas são disputadas por alunos (as) e selecionam seu alunado em um processo de homogeneização.

Escolas de prestígio, tendem a selecionar o alunado para a manutenção de sua identidade, porém as instituições desprestigiadas acolhem os estudantes

que não possuem o perfil desejado para a escola de prestígio, aumentando as desigualdades sociais e educacionais. As diferenças entre as escolas, ocorre principalmente pela diferença em suas condições de qualidade, revelando a importância de investimento financeiro aliado a efetivação do padrão de qualidade. Para compreender a diferenciação entre as escolas, é importante utilizar o conceito de “ecologia de quase mercado” de Yair (1996) “como conceito básico para compreender o trânsito de alunos entre escolas” (COSTA; KOSLINSKI, 2009, p.11).

Segundo Yair (1996), estudantes competem por escolas, mas escolas não apenas competem, como também colaboram, na divisão e seleção dos estudantes. Para o autor, as escolhas não ocorrem de forma “livre”, uma vez que as vagas estão distribuídas “entre as escolas e na ecologia do mercado educacional caracterizada pela existência de uma estrutura de oportunidades diferenciadas, estabelecidas entre um conjunto de escolas circunscrito territorialmente” (BRUEL, 2014, p.27). A escolha só é efetivada se a vaga na instituição escolhida estiver disponível, como cada escola tem um número limitado de vagas, a escolha nem sempre será atendida, limitando assim as oportunidades educacionais (BRUEL, 2014).

As escolhas dependem das posições disponíveis e da própria ecologia do quase-mercado. Portanto, a competição de alunos pelas melhores oportunidades e de escolas pelos melhores estudantes é inerente ao quase-mercado educacional, uma vez que o acesso às melhores escolas pode ser considerado um bem escasso. Do lado da oferta, as escolas proporcionam, em diferentes graus, quantidade e qualidade de instrução, chances de vida, credenciais e prestígio, etc. Do lado da demanda, os estudantes oferecem, também em diferentes graus, habilidades intelectuais e técnicas, caráter e motivação, etc. (BRUEL, 2014, p.28).

Nesta perspectiva, a compreensão sobre o quase mercado educacional nos auxilia a compreender as desigualdades de oportunidades educacionais e o fomento de políticas de school choice². É importante ter em vista as políticas educacionais que compreendem que a melhoria da oferta educacional, pode ocorrer a partir da liberdade de escolha de escolas por parte dos pais, fomentando assim a melhoria da qualidade das instituições a partir de um mecanismo competitivo (COSTA; KOSLINSKI, 2009). Bruel (2014) explica que

² Possibilidade de escolha pelos pais, ver Bruel (2014); Costa e Koslinski (2009; 2011).

na perspectiva de school choice, a distribuição de oportunidades educacionais é retirada das burocracias educacionais e foca-se nas escolhas dos familiares, sendo o cerne do quase mercado. “Críticos a tais políticas argumentam que as políticas de school choice trariam como efeito colateral maior segregação escolar” (CARVALHO, KOSLINSKI, 2015, p.918).

2.1 DISTRIBUIÇÃO E ACESSO ÀS VAGAS EM ESCOLAS PÚBLICAS

Ao que tange ao acesso às escolas públicas o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069/90 explicita como o acesso à instituição de ensino gratuita próxima da sua residência, como afirma o art. 53. Nesta perspectiva, muitas matrículas estão atreladas ao sistema de georreferenciamento, em que os estudantes são alocados em instituições próximas de sua residência, para Costa e Bartholo (2014, p.1191):

Sistemas que condicionam a matrícula inicial do aluno ao endereço de moradia ou de trabalho dos responsáveis tendem a reproduzir mais fortemente a segregação residencial nas escolas. O argumento central é que determinadas políticas podem mitigar o principal fator associado à segregação escolar, a saber, a distribuição espacial das famílias pelos diferentes bairros da cidade.

O sistema de georreferenciamento pode assumir uma forma de produção de desigualdades, para Guadanhim (2011) a distribuição socioespacial da população ocorreu de forma desigual, em que as classes mais pobres se instalaram nas periferias dos centros urbanos, em que “há grupos da população que apesar de ingressarem na escola, se encontram em situação desigual quando se trata do pleno exercício do direito de aprender” (GUADANHIM, 2011, p.37). A desigualdade entre os bairros e ao acesso de serviços como infraestrutura (saneamento básico, pavimentação, iluminação, transporte, etc.), também refletem nas condições de qualidade das escolas, que se mostram desiguais, retratando uma negação do direito ao acesso à educação pública de qualidade para todos.

Nesta perspectiva, para Bruel (2014), as escolas de prestígio se situam em bairros “aburguesados” e valorizados em termos imobiliários, a falta de condições de qualidade para todas as instituições públicas de ensino em todos os bairros, fomenta as desigualdades de oportunidades educacionais e a segregação social. É perceptível uma causalidade circular entre as desigualdades escolares e sociais, em que a estratificação social contribui para a estratificação dos sistemas de ensino.

No Brasil a oferta da educação é feita em cooperação entre os entes federados, em que o município é responsável pela educação infantil e ensino fundamental e o estado pelo ensino fundamental e médio. Nesta perspectiva:

A LDB apresenta a possibilidade de os municípios optarem por assumir sua condição como sistema, integrar-se ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único. A autonomia presente na relação entre os sistemas de ensino municipais, estaduais e federal gera concomitância entre normas bastante diferenciadas entre os sistemas. E, como os sistemas convivem no mesmo espaço geográfico, isso implica coexistência de normatização, muitas vezes divergente, que regula estabelecimentos de ensino fixados em um mesmo município, mas que compõem sistemas distintos (BRUEL, 2014, p.48).

O texto da Constituição Federal de 88 desvela sobre a responsabilidade compartilhada entre os entes federados, em que a União, segundo Bruel (2014, p.50) “assumiu responsabilidades indiretas com a educação básica, tais como a elaboração de normas gerais, a coordenação da avaliação nacional, o desenvolvimento de ações de cooperação técnica e financeira”. Para a autora, a União elaborou normas muito sutis referentes a distribuição de matrículas, cabendo aos estados e municípios deliberarem sobre as normas de ingresso em seus sistemas de ensino. Neste sentido, “há ainda situações em que as regras não são claramente definidas” (COSTA, PRADO, ROSISTOLATO, 2012, p.175) que afirmam ainda,

Tais escolhas ocorrem sem regulamentação, o que cria o que vimos classificando como “quase mercado oculto”. O resultado desses processos é um sistema hierarquizado e segmentado, mas apresentado como universal e equânime. Talvez seja possível dizer que a ausência de regulamentação para as escolhas, ao invés de diminuir a estratificação, tende a aumentá-la, porque permite que os agentes utilizem as mais diversas estratégias – protocolos ou não – para potencializar suas escolhas.

No que se refere ao Brasil e especificamente ao Rio de Janeiro onde, – as famílias podem matricular seus filhos e filhas nas escolas que desejam, sendo garantido a utilização do transporte público para o deslocamento dos estudantes no período de aula, ainda é possível verificar a concentração de estudantes de perfil semelhantes, além disso, percebe-se mecanismos de escolha dos alunos pelas escolas. Costa e Koslinski (2009) defendem que mesmo sem políticas públicas de incentivo à escolha há uma forte relação de quase mercado agindo

nos processos de distribuição de vagas deste município, ainda que de forma oculta. Alguns estudos como os de Bruel (2014, p.33), explicam sobre as justificativas pela escolha da escola pelos pais, uma vez que:

[...] a escolha da escola pelos pais pode aumentar o envolvimento das famílias nas atividades não obrigatórias e eventos promovidos pelas instituições, a confiança entre pais e professores e o nível de interação entre os pais.

Outras perspectivas, revelam que o cerne das escolhas pelas famílias, se dá na tentativa de melhorar a qualidade da educação, por meio de políticas que estimulam a liberdade de escolha de escolas, promovendo assim a melhoria da oferta através de mecanismos competitivos.

Para Bruel e Bartholo (2012) os estudos que avaliam a introdução de políticas de quase mercado e de escolha de estabelecimentos escolares mostram possíveis efeitos negativos por elas trazidos, como, por exemplo, o aumento na estratificação escolar com a homogeneização do alunado em termos da composição socioeconômica ou racial. Segundo Bartholo (2014, p.246):

Estudos internacionais mostram que os níveis de aprendizagem são altamente correlacionados com algumas características – chave dos alunos, tais como cor, estrutura familiar e ocupação, anos de escolarização e renda dos pais.

Para o autor há uma influência da localização de moradia nas oportunidades educacionais, impactando na qualidade das escolas e produzindo um isolamento social.

A concentração de alunos em desvantagem potencial³ em determinadas áreas ou escolas também afeta o acesso às informações relevantes, que podem impactar oportunidades futuras, retirar lideranças positivas, dificultar o recrutamento de professores mais qualificados, diminuir os níveis de aspiração e motivação, para o trabalho escolar e prejudicar o sentimento de pertencimento que os alunos têm sobre sua inserção na sociedade (BARTHOLO, 2014, p.247).

Nesta perspectiva, o conceito de segregação social pode ser entendido como:

³ Alunos com características específicas. Ver Bartholo (2014).

[...] uma distribuição desigual de indivíduos portadores de uma determinada característica de presumida desvantagem social, por entre um conjunto de escolas, que podem ser tomadas como espaços de oportunidades educacionais distintas (BARTHOLO, COSTA, 2014, p.1185).

A distribuição desigual de oportunidades em instituições públicas distintas, soa como um contrassenso, uma vez que as políticas públicas brasileiras deliberam sobre um acesso igualitário e com qualidade a serviços educacionais. Essas desigualdades possuem consequências excludentes para aqueles que estão em condições de desvantagem social. Segundo Sampaio e Oliveira (2015, p.512) “políticas educacionais que promovam acesso mais igualitário são importantes tanto para a plena cidadania quanto para a redução da desigualdade em nossa sociedade”.

Para obter uma vaga na instituição em que se destaca em meio as outras da mesma rede, as famílias realizam estratégias de escolhas, como acionar contatos que os responsáveis possuem no interior dos estabelecimentos de ensino, como professores, diretores (as), e os membros das administrações, Van Zanten (2010) chama de “capital social interno” de grande valia. Isto se revela na pesquisa – construída por Costa, Prado e Rosistolato (2012) com base na análise de 53 casos de pesquisa, sobre os critérios e como as estratégias de acesso descritas funcionam na prática.

[...] Dona Márcia ressaltou que “conhecer alguém” que trabalha na rede municipal facilita o acesso à vaga na escola desejada. Ela não conhecia, mas é consciente de que, caso tivesse redes de solidariedade dentro da burocracia municipal, seria auxiliada no processo de acesso à vaga (COSTA, PRADO, ROSISTOLATO, 2012, p.181).

A pesquisa destes autores revela o fato de Dona Márcia reconhecer a necessidade de um contato dentro da instituição desejada e a dificuldade enfrentada pela falta deste. Costa, Prado e Rosistolato (2012, p.188), revelam que além do contato dentro da escola para garantir a vaga na instituição desejada, as famílias também recorrem – à sua rede de relações fora da burocracia municipal: uma das entrevistadas pelos pesquisadores pediu auxílio de um conhecido da família “que estava se tornando deputado e conseguiu a vaga”. Para os autores os casos de acesso a vagas por relações pessoais, não é algo comum. O que fica explícito na pesquisa destes autores, é que não basta

escolher as instituições de ensino públicas é preciso utilizar mecanismos que venham intervir nos processos seletivos feitos das mesmas. Ou seja, é preciso conhecer a estratégia que pode resultar no desfecho favorável em relação à escolha realizada. O olhar volta-se para os sistemas de alocação dos estudantes dos estados e municípios, que acabam por gerar segregação social e são burlados pela população. Desvelando que as políticas públicas nem sempre são efetivadas da mesma forma como foram concebidas, mas sofrem alterações guiadas pela realidade (BRUEL, 2014).

Nessa perspectiva, torna-se importante ressaltar o papel patrimonialista do Estado e o clientelismo. Ainda que a pesquisa dos autores citados acima não tenha encontrado grande quantidade de casos de acesso à escola em virtude de relações patrimonialistas e clientelistas, este debate é salutar para a compreensão de situações em que as regras de distribuição de oportunidades são pouco transparentes ou são modificadas para atender interesses específicos.

O Estado patrimonialista e o clientelismo contribuem para a estratificação social na medida em que cooperam para a falta de equidade educacional e buscam interesses privados, ou seja, o clientelismo revelado na pesquisa de Costa, Prado e Rosistolato (2012), desvela a “prática de favores” exercida por um deputado.

É possível discutir as desigualdades de oportunidades educacionais por conta da diferenciação de qualidade entre as escolas, em que os estudiosos da área, compreendem o conceito de qualidade da educação como polissêmico, “uma vez que essa categoria traz implícitas múltiplas significações (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.7). Nesta perspectiva entende-se qualidade como:

[...] um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino – aprendizagem e muito menos sem tais insumos significações (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.9).

Assim, condições e insumos são vitais para a construção de uma escola de qualidade, esses articulados:

[...] às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.10).

Cabe ressaltar que, ao discutir o direito à educação sobre o viés do acesso à escola, ou mesmo de alocação dos estudantes entre as escolas, tem-se problemas de duas ordens, o primeiro refere-se a condições de qualidade diferenciadas que são ofertadas por escolas que são do mesmo ente federativo e, a concentração de estudantes do mesmo nível socioeconômico em um mesmo ambiente escolar, sendo que, em geral, os estudantes com melhores condições socioeconômicas encontram-se em escolas com mais prestígio, seja em termos, de estrutura, condições de trabalho e formação docente, bem como de resultados. Ambas as questões necessitam de ação do poder público, ainda que na questão da homogeneidade a atuação seja mais complexa, sendo o mecanismo de alocação dos alunos entre as escolas uma estratégia interessante nesse sentido. A ação do poder público frente a tais questões será discutida a luz da experiência do município de Pinhais, a partir da metodologia descrita no próximo capítulo.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a compreensão de como ocorre o processo de distribuição de matrículas em Pinhais, a metodologia adotada para este trabalho foi a pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevista semiestruturada e análise dos documentos relacionados a organização da distribuição dos estudantes entre as escolas. A pesquisa qualitativa “se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (MENGA; ANDRÉ, 2012, p.12). Antes da realização da entrevista, foi feita uma pesquisa bibliográfica para dar um aporte teórico para a realização das entrevistas. A escolha pela técnica da entrevista é desvelada por Ribeiro (2008, p.141):

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se poder ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Para a compreensão da obtenção de matrícula no Município de Pinhais nas escolas municipais é importante entender os processos burocráticos, formalizados pela Secretaria Municipal de Educação, neste sentido a entrevista foi realizada com a responsável pela central de vagas. Houve a necessidade de abertura de um protocolo na Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, para o cumprimento da entrevista. A gerente da central de vagas de Pinhais, também disponibilizou os documentos que regularizam a distribuição de matrículas, são estes: Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), Instrução Normativa nº002/2018 para o ano letivo de 2019 e Edital nº 02/2018 para cadastro de solicitação de vaga para as etapas da educação infantil e ensino fundamental em tempo integral. A entrevista ocorreu dia 15 de março de 2019 e contou apenas com a presença de uma servidora. Através da entrevista a empiria procurou investigar a questão do acesso à educação básica, de forma a compreender como os operadores de políticas educacionais compreendem esta questão e como ela é colocada em prática.

A entrevista contou com perguntas acerca da demanda educacional do município de Pinhais, além de questionamentos sobre o funcionamento do sistema de escolha da escola, da forma de alocação dos estudantes nas diferentes escolas; Existência de escolas de prestígio e quais suas características, entre outras questões. A seguir, faz-se uma caracterização do município estudado.

3.1 O MUNICÍPIO ANALISADO

O município de Pinhais fica a 8,9 km da cidade capital do Paraná, conta com 15 bairros e faz divisa com as seguintes regiões metropolitanas: Colombo, Quatro Barras, São José dos Pinhais, Piraquara e Curitiba. Sua área é de 60.869 km², a sua população é estimada em 129.445 habitantes, o índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,751 e o Produto Interno Bruto - PIB per capita é 40.069,57\$. Pinhais possui um sistema próprio de ensino e atende prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil, e também as modalidades de educação especial.

Pinhais possui 43 escolas municipais, em que há 2.302 estudantes matriculados na educação infantil, 2.967 estudantes matriculados na pré-escola e 7.738 estudantes matriculados nos anos iniciais.⁴ Ao que tange as condições estruturais das escolas municipais de Pinhais, apenas 37% possuem bibliotecas, 98% possuem cozinha, 50% possuem laboratório de informática, 14% possuem laboratório de ciências, 50% possuem quadra de esportes, 88% possuem sala para a diretoria, 100% possuem sanitário dentro do prédio da escola e sala para os professores.⁵

O município de Pinhais alcançou as metas projetadas pelo IDEB nos anos de 2007 e 2017, sendo perceptível uma melhora nesses índices ao longo dos anos. Segundo Bonamino e Sousa (2012) o IDEB foi idealizado para:

[...] produzir informações a respeito do ensino oferecido por município e escola, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implementação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino (BONAMINO, SOUSA, 2012, p.379).

As autoras explicam que com as notas do IDEB criou-se rankings entre as escolas e que as famílias teriam instrumento de cobrar uma melhoria da qualidade da escola, porém pressionando a mesma. Nota-se através deste indicador, que a responsabilidade pela qualidade é colocada na escola: na gestão, nos professores e etc., e não na captação de novas políticas

⁴ Dados disponíveis em: <https://www.qedu.org.br>

⁵ Dados disponíveis em: <https://www.qedu.org.br>

educacionais para a efetivação da qualidade em educação. O IDEB, tem sido utilizado como critério de definição de escolas de prestígio ou não, sendo que o resultado do índice pode gerar uma procura por escolas que apresentem melhores condições, desprestigiando aquelas que não possuem notas tão boas.

No caso de Pinhais, a escolha dos pais pelas escolas é permitida, tendo em vista que eles utilizam um sistema misto, que coaduna o local de moradia com a escolha dos pais.

4. ESCOLHA DOS PAIS DOS PAIS E O GEORREFERENCIAMENTO: UM OLHAR SOBRE A ALOCAÇÃO DOS ESTUDANTES EM PINHAIS

No município de Pinhais o acesso à educação infantil e o ensino fundamental, por mais que levem em consideração a escolha dos pais no momento da matrícula, necessitam de comprovação de residência no município, contudo tal comprovação de residência tem mais relação com a restrição do atendimento aos moradores do próprio município do que a alocação dos estudantes entre as escolas. Meister (2018) explica que o município de Pinhais só disponibiliza acesso às vagas apenas aos seus munícipes:

Este procedimento foi efetivado a partir de 2018, com a assinatura do TAC [Termo de Ajustamento de Conduta]. Desta maneira, o município de Pinhais rompeu com a possibilidade de alunos de outras regiões ou municípios vizinhos realizarem matrículas em suas escolas. (MEISTER, 2018, p.69).

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) citado pela autora Meister (2018), regulamenta também os procedimentos de acesso à matrícula à educação infantil. O termo explicita o artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal; o Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2005, bem como o Plano Municipal de Educação pela Lei nº 1.658/ 2015. O cerne do termo se deu, pelo motivo do não atendimento universal das matrículas da educação infantil. Para que a oferta ocorresse pautada em princípios de igualdade de condições, e o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, se ajustou o TAC com o objetivo de promover a adequação do Município de Pinhais no que diz respeito à oferta de vagas na educação infantil em sua rede pública de ensino. Nesse sentido, o acesso à educação infantil no município é feito com base nesse termo. Já a regulamentação sobre as matrículas para o ensino fundamental em tempo integral está contida na Instrução Normativa nº 002/2018. Segundo a entrevistada as matrículas para o ensino fundamental estão atendidas, o que significa que se a família escolher uma instituição e esta tiver vaga, a matrícula deverá ser efetuada, segundo a servidora não há disputa por vagas no ensino fundamental. É perceptível dos textos exarados pela prefeitura de Pinhais uma linguagem impositiva de caráter mandatório e regulador.

Em relação a alocação/distribuição dos estudantes entre as escolas, existe um sistema dentro do município que auxilia em tal ação e que gerencia as matrículas no município, sendo chamado de Central de Vagas. Para o funcionamento de tal sistema, conta-se com três funcionárias. Segundo informações de uma das responsáveis é o:

[...] sistema eletrônico que faz o cadastro que automaticamente já gera a lista, a relação de demanda. E a gente tem uma sessão que é dentro da minha gerência, que é o SAICE- Sistema de Apoio a Informações Escolares e Cadastro Escolar, então a menina gerencia tanto a questão de CENSO, matrícula no SERE que é do Estado pra matrícula, então ela gerencia todos esses sistemas de informação e mais o cadastro de vagas (ENTREVISTADA).

O Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) é um sistema de informações utilizado pelas escolas públicas, municipais e algumas escolas privadas do estado do Paraná⁶. Este sistema é alimentado pelos cadastramentos dos alunos e no registro dos dados de movimentação e rendimento escolar, em que estes dados são importados para o Sistema Educacenso-Censo Escolar. O SERE possibilita o acompanhamento e a quantificação dos alunos, como: matrículas, transferências, evasão escolar e outros. Já o Cadastro de Vagas, é um sistema criado pelos técnicos de informática do município de Pinhais, para cadastrar as intenções de matrícula do município. As funcionárias da Central de Vagas cadastram os alunos com seus dados e intenção de escolha da instituição pública de ensino, caso a vaga seja destinada a educação infantil ou ensino fundamental, parcial ou em tempo integral, este sistema direciona a criança para uma fila de espera. Porém, se a vaga for para o ensino fundamental a criança é direcionada para uma instituição de ensino com vaga disponível.

Segundo a entrevistada as matrículas para o ensino fundamental estão atendidas, o que significa que se a família escolher uma instituição e houver vaga na instituição, a matrícula deverá ser efetuada, segundo a servidora não há disputa por vagas no ensino fundamental, contudo o fato de não haver falta de vagas não significa que as escolas sejam atendidas, contudo, tal questão não fica clara na fala da entrevistada, que simplesmente sugere que não existe problemas no ensino fundamental.

⁶ Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>

A servidora entrevistada explicou que a demanda não atendida em Pinhais, é a etapa da educação infantil. Ela explicou que a formulação do TAC foi realizada, uma vez que os critérios de acesso à vaga nesta etapa não eram equânimes segundo a promotora da infância do município de Pinhais:

Então esse termo revisou..., nós tínhamos já antes deste termo alguns critérios, basicamente o critério mais importante que a gente considerava era o bolsa família e analisando a documentação que a gente tinha, os critérios que nós tínhamos a promotora achou que eles não eram equânimes. E que a gente tinha que revisar essa forma de acesso à vaga na educação infantil. Então a gente demorou quase mais de meio ano em conversa com ela, em diálogo com ela sobre essas várias possibilidades de como fazer isso. Então aí, finalizado essa ideia de como seria, a gente apresentou para a nossa prefeita, apresentou para a promotora da infância e daí foi feito os ajustes necessários, e elas assinaram o termo de ajustamento de conduta (ENTREVISTADA).

É perceptível que a secretaria municipal de Pinhais precisa criar mecanismos ou critérios, para organizar as crianças da educação infantil, uma vez que o município não consegue atender toda a demanda. Ações anteriores do Ministério Público visavam garantir acesso a vaga à educação infantil aos mais pobres, uma vez que existia falta de vagas e o critério para definição de quem iria ter vaga ou não, se dava a partir da questão da pobreza, definida pelo Programa Bolsa Família, nesse caso, o atendimento se dá primeiro para o mais pobre, quando falta o direito o estado age como subsidiário, apenas para aquele que não tem condição.

É perceptível na construção da política de distribuição de vagas deste município a interferência do Ministério Público na definição de deliberações. Ao que tange as crianças não atendidas, em Pinhais há duas filas de esperas. Uma em ordem cronológica e uma de prioridade, explicitada em um edital que é feito anualmente, como explica a entrevistada:

Então nesse edital a gente regulamentou que agora pra acesso à vaga todo munícipe vai a uma unidade, escola ou CMEI e faz um cadastro pra vaga pra educação infantil ou tempo integral. Lá ele vai ter que apresentar alguns documentos, vão existir duas filas: uma cronológica, esse cadastro vai entrar numa fila vai ter uma numeração, e vai entrar numa fila cronológica. E existe uma fila de cadastro prioritário que daí esse caso é para crianças que tenham deficiência, que sejam abrigadas institucionalmente né, no caso que foram tiradas das famílias e estão em abrigo e crianças em situação de risco e vulnerabilidade, que daí o encaminhamento é feito pelo Conselho

Tutelar ou pela assistente social que atua no CRAS, que já faz um acompanhamento das famílias (ENTREVISTADA).

É perceptível o desafio da ampliação da etapa da creche, uma vez que o município se concentra na etapa obrigatória de ensino. E em nenhum momento a entrevistada disse na entrevista que as listas são utilizadas para a construção de novos CMEIS, para o atendimento da população não atendida. Assim, o direito à vaga das crianças da creche é negado, aquelas que estão no final da fila. O quadro abaixo mostra os dados sobre a lista de espera cronológica da educação infantil:

QUADRO 2- DEMANDA NÃO ATENDIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE CRIANÇAS
BERÇÁRIO	184
MATERNAL I	306
MATERNAL II	189
MATERNAL III	106
PRÉ I - INFANTIL IV	15
PRÉ II - INFANTIL V	300

FONTE: <http://www.pinhais.pr.gov.br/demanda/>⁷

Neste sentido, uma discussão pertinente a etapa da educação infantil, é que ao não universalizar esta etapa, é preciso criar mecanismos para definir quem será contemplado com uma vaga. A falta de universalização desta etapa, acaba por acentuar as desigualdades, uma vez que ocorrerá a seleção das crianças, ferindo o direito à educação garantido pela LDB.

Sobre como é feito a organização da ordem do acesso à vaga na etapa de educação infantil, a entrevistada explicou:

A gente chama um da fila cronológica e um da fila prioritária sabe? Isso também foi algo que a promotora da vara da infância bateu na tecla, que ela queria que fosse dessa forma. Porque ela entende que a gente não pode por exemplo: “prioritário vai passar na frente de todo mundo”, isso foi algo que ela bateu na tecla e pediu para a gente priorizar, que o chamamento fosse um da cronológica e um do prioritário. Então assim se eu tenho uma criança que está para ser chamada..., abriu uma vaga por exemplo: de maternal II e a aí eu vou ver quem está na vez, agora eu vou chamar um do cadastro prioritário. Aí ela vai abrir o cadastro dessa pessoa e vai ver para onde ela quer..., ah essa pessoa não quer para este CMEI entendeu? Então se ela não quer para este CMEI a gente vai para o próximo da fila, daí seria para um da fila cronológica. Daí quando abrir a vaga naquele CMEI que aquela pessoa escolheu ela vai ser chamada.

⁷ Data de acesso 21/04/2019

As famílias que escolhem ativamente as escolas de seus filhos, possuem capital econômico para efetivá-las, uma vez que a espera de abertura de vaga no CMEI desejado pode levar algum tempo, além de ter que arcar com os custos de transporte, uma vez que o município não os disponibiliza. O que compromete a escolha daqueles que não possuem capital econômico para arcar com estes custos, tendo assim que escolher um CMEI próximo de casa. A servidora explica sobre “prioridade” a garantia de acesso à vaga na educação infantil, o que é contrário ao direito a educação à todas as crianças. Sobre as escolhas familiares a entrevistada relatou que no ato do cadastro as famílias podem escolher a unidade de sua preferência. As unidades de cadastramento possuem uma lista das unidades e que modalidades elas ofertam. A entrevistada explica que:

Então assim, os secretários escolares mostram pro pai as unidades que ofertam e eles também tem que explicar que se o pai optar por todas as unidades ele aumenta a chance, porém se sair pra determinada unidade, ele tem que aceitar senão o cadastro vai ser cancelado, porque foi a escolha dele. O secretário escolar também alerta quanto à distância, você pode marcar todos, mas se sair lá no Conjunto Águia e você mora aqui no Weissópolis você vai ter que aceitar, e daí você vai ser responsável pelo transporte. Porque daí transporte dentro do município é só para os alunos de educação especial.

Os familiares e responsáveis podem escolher qualquer instituição pública de ensino de Pinhais, porém sua escolha é efetivada se puder arcar com os custos de transporte. Assim, é importante refletir até que ponto as famílias de fato escolhem uma instituição de ensino, ou quais famílias efetivam suas escolhas. Pois, aqueles que não possuem recursos financeiros para custear o meio de transporte, se veem pressionados a escolher uma escola próxima da residência, inclusive, tal reforço, da matrícula próximo da residência é feito pelos “agentes da política”.

Ao falar das famílias que escolhem todas as escolas, a entrevistada diz que essas desconhecem o sistema, ou simplesmente não pensam nos custos e problemas de aceitar qualquer escola do bairro. Contudo, tal escolha pode estar relacionada ao fato de que muitas famílias precisam da escola para poder trabalhar e acabam aceitando qualquer oferta, desde que consigam uma vaga, nesse caso, não se está falando de escolha e o quase-mercado, poder ser lido pro sua ausência, ou por sua pouca opção para aqueles que dele mais precisam

e que tem poucos recursos para acessar. Por outro lado, o município não garante transporte para todas as crianças, o que dificulta ainda mais o acesso pelos mais pobres, tendo em vista que precisam esperar uma vaga abrir no seu bairro ou arcar com os custos do deslocamento.

O TAC estabelece que o Município irá criar critérios objetivos para atendimento de transporte escolar, mediante análise individualizada de casos. Porém a LDB 9.394/96 estabelece como dever do Estado a garantia de atendimento ao educando por meios de programas suplementares como o transporte. A falta de oferta de meio de transporte à todas e todos, implica na falta de efetivação das escolhas dos pais, além de ferir um direito de todas as crianças, colocando estes custos garantido em Lei como dever do Estado na responsabilidade dos pais e responsáveis. Assim, a escolha se efetiva dentro das escolas que há no bairro, a entrevistada percebe que as escolhas são influenciadas pelo local de moradia, e poucas são ocasionadas por causa do local de trabalho dos responsáveis. As distribuições de oportunidades educacionais atreladas ao local de moradia, fomentam a segregação social e a composição homogênea das instituições de ensino. A entrevistada descreveu que há uma falta de esclarecimento das famílias no momento de escolher uma escola para seu filho (a):

Eu preciso da vaga, então eu vou escolher todas, mas daí “ai é muito longe pra mim”, “ai eu não estou conseguindo levar”, sabe? Então essa clareza, esse discernimento que está meio complicado, daí a gente fala: puxa vida, mas antes vocês só escolhiam uma e daí dificultava o acesso à vaga, aí agora tem a oportunidade de escolher mais e daí vocês [...]. Eu penso, que aquela pessoa que precisa muito, muito, ela quer todas, porque quanto antes eu ter a vaga, ela não pensa muito sobre, ela não amadurece aquela ideia de que se sair em um lugar muito distante eu vou ter que levar, e daí como eu vou transportar essa criança de manhã, com chuva. É sem refletir, vai gastar. Então a gente está tendo várias situações desta forma.

A resposta da servidora, desvela que os operadores de política percebem a dificuldade das famílias de nível socioeconômico baixo em escolher uma escola, porém a escolha destas famílias só seria efetivada se o município realizasse a disponibilidade do meio de transporte. A falta de ação do poder público na garantia de suporte, gera a limitação da escolha destas famílias. O discurso da agente de política se revela um tanto preconceituoso, uma vez que não leva em consideração as condições específicas destas famílias que

precisam da vaga com urgência. Assim, é perceptível que as famílias de baixo nível socioeconômico não efetivam sua escolha, uma vez que lhes falta capital econômico, além de que são orientados a escolher a escola mais próxima de casa. Os informativos relativos ao acesso à vaga, estão restritos aos editais e ao processo de matrícula:

A divulgação é feita durante trinta dias com cartazes em todos os lugares públicos do município, nós tivemos faixa em todas as unidades educacionais falando sobre o prazo de matrícula, no transporte coletivo, na rádio e no site da prefeitura. Então a gente faz durante um mês, a gente procura todos os meios de comunicação possíveis pra alertar esses pais do período de renovação de cadastro e matrícula. E a renovação de cadastro é importante, porque se ele não renovar o cadastro é automaticamente cancelado pro ano posterior. **[Há algum informativo para os pais sobre as possibilidades de escolha?]** A gente tem a instrução da matrícula que todo ano ela é reeditada, o edital sobre a solicitação de vaga, todo ano é editado, dá pra acessar no site da prefeitura e fica na unidade também. E assim, a gente sempre tenta explicar o máximo possível para o pai pra que ele entenda como é o processo.

Nogueira (1998) contribui para esta reflexão explicando que famílias de baixo nível socioeconômico são “pouco inclinadas a escolher e participar da escolha como consumidores de educação” (NOGUEIRA, 1998, p.46), muitas vezes por sua falta de conhecimento do funcionamento do sistema escolar. É perceptível que as famílias mais pobres estão em desvantagem ao acesso a oportunidades educacionais e não escolhem de fato uma escola para seu filho (a). Nesta perspectiva, o sistema misto de alocação de matrícula de Pinhais, favorece as famílias que realizam sua escolha consciente e possuem capital econômico para efetivá-los. Aos que não possuem tais características, desvela-se a distribuição por georreferenciamento, fomentando a composição homogênea das escolas dos bairros mais pobres.

Sobre o funcionamento da distribuição dos estudantes entre as escolas, a entrevistada explicou que a distribuição de estudantes para a educação infantil e em tempo integral, estão centralizadas na central de vagas. Já o ensino regular, a servidora revela que há liberdade para fazer a alocação dos estudantes. A entrevistada explica que:

[...] se chegar alguém lá na escola e falar eu quero uma vaga para o quinto ano, se ele tem a vaga ele tem que fazer. Ele tem que matricular. Se não tiver a orientação é: você verifica na escola mais próxima,

encaminha esse pai para a escola mais próxima até 2km pra ele matricular a criança.

Nesta perspectiva, segundo a servidora as escolas municipais de Pinhais não podem negar acesso à vaga, ou seja, qualquer aluno (a) deve ser aceito, tendo em vista as ações das instituições, é interessante continuar a pesquisa, para compreender como as escolas municipais agem diante desta orientação, se não há de fato seleção do alunado.

Quando o período escolar já iniciou e uma família fez uma escolha e não foi atendida, ela é orientada a escolher uma escola próxima a sua residência, revelando que por mais que as famílias escolham, a efetividade da matrícula está atrelada ao local de moradia.

Em relação a educação infantil quando a criança está em idade obrigatória, o que a gente faz, a pessoa só escolheu um CMEI, lá não tem vaga, a gente tenta oferecer outro que seja próximo da residência, a gente faz isso oferece outro que esteja próximo da residência em um raio de 2km, pra aquela pai e mãe. Se esses pais não aceitarem, quiserem só aquela unidade, a gente encaminha para o Conselho Tutelar, porque daí é assim, a secretaria está oferecendo uma vaga dentro do que a legislação diz que é pra gente atender até 2km, e o pai não aceita. Então é ele que está negligenciando o atendimento da criança.

A ênfase da distribuição da matrícula em escolas próximas a residência, recai sobre outra discussão pertinente da composição das cidades brasileiras, que são fortemente marcadas por desigualdades sociais. É perceptível pelo discurso da servidora que as escolas distantes e mais procuradas, só serão efetivadas mediante a abertura da vaga e o custeamento dos gastos com transporte realizado pelos pais, assim é importante o questionamento sobre até que ponto os pais e responsáveis escolhem uma instituição de fato. O que é perceptível é que as escolhas são direcionadas para as escolas próximas da residência. Neste sentido, é salutar a discussão sobre a como a atuação do poder público contribuiu para uma organização espacial diferenciada, neste sentido Wilson (2008, p.280-281) explica que:

A política pública e a ação do Estado afetam a organização espacial das cidades; por outro lado, a organização espacial das cidades, especialmente a distribuição da população por status socioeconômico, gera as demandas espaciais por serviços urbanos e, assim, configura

os sistemas de serviços urbanos relativamente à localização dos serviços, bem como ao seu desempenho.

“A organização socioespacial é então produto da ação pública e produtora de desigualdades, pois distribui, acolhe e atende os sujeitos conforme seus atributos socioeconômicos” (GUADANHIM, 2011, p.49). Neste contexto, se insere as instituições públicas de ensino que acabam por acolher alunos residentes nos bairros com condições sociais muito parecidas, ocorrendo assim uma homogeneização do alunado. Isso corrobora no discurso da servidora, quando questionada sobre sua percepção se há escolas que agregam mais estudantes de baixa renda que outras:

Então a gente tem alguns bairros, que a gente sabe que tem uma situação mais difícil assim, de renda por exemplo. Que nem esse bairro que está a secretaria de educação Weissópolis, é um bairro que congrega, que a gente sabe né, que as condições são mais precárias.

A servidora afirma que algumas escolas vão agregar mais alunos de baixa renda, porém explica que não há grandes disparidades:

Tem escolas que tem um perfil um pouquinho diferente né, eu não vou dizer para você [...]. todas elas têm questões de baixa renda, onde se destaca com foco maior é neste bairro (Weissópolis), nos demais existe sim com maior ou menor incidência. Não tem como eu dizer que tem uma escola que não tenha, que seja tipo classe média alta, não tem, não existe. Existe sempre uma mescla.

Sobre a existência de escolas mais procuradas no município de Pinhais, ela afirma que não há na educação infantil e no ensino regular. Mas nota uma procura acentuada em instituições de tempo integral. Porém ela explica que quando as famílias tomam conhecimento da fila de espera, muitas desistem. Um contraponto a declaração da servidora, é ao ser questionada sobre a existência de uma escola que fosse “exemplo” para as outras ela respondeu:

Não vou dizer que é exemplo, porque isso depende muito do ambiente, do espaço que ela está, do grupo que ela tem, do jeito do gestor né. Mas a gente tem a Escola X que tirou a melhor nota no IDEB né, mas não é questão de exemplo, é questão da caracterização específica da unidade né, que faz uma diferença também.

Na visão da entrevistada a melhor escola é a que se destaca em sua nota no IDEB, não só, mas também a composição do espaço e os profissionais da instituição de ensino. Tendo em vista as metas do IDEB e o desempenho das escolas municipais de Pinhais, que vem se mostrando alto. Perguntou-se a servidora quais fatores estariam envolvidos com estes resultados:

Eu acho que tudo né. O engajamento da família, que o engajamento da família vem de como a gestão da escola funciona, o próprio coletivo da escola faz toda a diferença, os docentes, qual envolvimento esses docentes têm. O engajamento da família que eu já falei, é importantíssimo. A dinâmica do trabalho também.

É importante discutir a compreensão do que seria o “engajamento da família” para a agente de política do Município de Pinhais, seria uma caracterização das famílias que compreendem o universo escolar e participam ativamente? Que possuem recursos econômicos para custear a escolha da escola? Segundo Nogueira (1998) as famílias que escolhem ativamente uma instituição de ensino são aquelas que possuem um capital socioeconômico, cultural e econômico. Segundo a autora, as famílias mais pobres não escolhem ativamente por desconhecer o funcionamento da instituição de ensino. As famílias mais pobres possuem dinâmicas em seu modo de viver que muitas vezes as impede de participar de todas as atividades escolares, mas isso não significa que não são “engajadas”. É “perigoso” como os agentes de política veem os resultados das instituições, uma vez que são formuladores de políticas públicas. Compreender que o resultado da instituição depende apenas da gestão escolar e das famílias, culmina na ausência de intervenção do Poder Público em formular políticas.

A resposta da servidora, desvela um olhar culpabilização, em que as instituições que atendem crianças mais pobres e possuem um alunado homogêneo, tendem a obter índices mais baixos, e a receber professores menos qualificados. Nesta visão, essas instituições não teriam “engajamento da família” e uma boa gestão. Porém, como revela o aporte teórico desta pesquisa, a negação do direito a educação pública de qualidade, está para além destas características exemplificadas pela servidora. A qualidade da educação tem a ver com as condições e insumos necessários para a educação de qualidade. Observa-se que a política de distribuição de estudantes de Pinhais é vantajosa

para as famílias que podem arcar com os custos de sua escolha, revelando uma segregação escolar e homogeneização do alunado. Além, da negação do direito a uma educação de qualidade a todos estudantes, revela-se mais uma vez a Desigualdade Efetivamente Mantida, em que se cria novas formas de exclusão e manutenção de privilégios educacionais, estes revelados em instituições com melhores condições de qualidade dentro de uma mesma rede de ensino pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados deste trabalho proporcionaram conhecer a distribuição de estudantes no município de Pinhais na educação infantil e no ensino fundamental, com destaque para aquelas que ofertam em tempo integral. O município de Pinhais possui um sistema misto ao que tange a alocação dos estudantes, se tornando perceptível que as escolhas das instituições de ensino distantes de casa só são efetivas por meio do custeamento dos custos pelas famílias, o que é em si já um limitador das escolhas. A falta de vaga na instituição também é, uma vez que os responsáveis são orientados a escolher outra instituição de preferência próxima da residência.

No discurso da entrevistada se evidenciou uma ênfase da escolha atrelada ao local de moradia e a falta de disponibilização de oferta de transporte custeado pelo município. Tendo em vista, a política de georreferenciamento é perceptível que as escolas acabam por ter um perfil homogeneizado e fomentam a segregação social.

Ficou evidente, que a escola mais disputada no município de Pinhais é as escolas que ofertam educação em tempo integral, revelando que para estas famílias uma escola de prestígio não é aquela que possui condições de qualidade ou notável pela sua “fama”, mas aquela que oferta o tempo integral. Oferta esta que é escassa no município, revelando que esta é uma escolha limitada, pois não há vagas para todas e todos.

Não só a escola integral é caracterizada como um campo de disputa, mas também os centros municipais de educação infantil, uma vez que para estas duas etapas há filas de espera. Como a demanda é maior que a oferta, é necessário criar mecanismos de decisão de quem será contemplado por uma vaga, neste sentido Pinhais possui duas listas de espera, uma cronológica e outra prioritária, o que remeteu a discussão da negação do direito a educação, em que a prioridade é que todos estudantes tenham acesso à educação de qualidade.

A percepção da servidora sobre as famílias é que elas não escolhem de forma consciente, mas “escolhem todas”, desvelando a falta de compreensão de que as famílias muitas vezes precisam daquela vaga ou que muitas vezes não compreendem o processo de seleção de uma instituição. A servidora descreveu

uma instituição de qualidade como aquele que possui “famílias engajadas” e uma “boa gestão escolar”. É importante, ter em vista que por trás deste discurso, há um perfil de famílias e uma localização desta escola, que condicionam os resultados destas instituições. As distribuições de oportunidades do município de Pinhais fomentam a segregação social, pois os estudantes acabam por permanecer restritos a geografia de oportunidades de seu bairro. As condições de qualidade de uma instituição estão aliadas ao financiamento da educação e de políticas para efetivá-las, o discurso da servidora parece desconsiderar estes princípios.

A pesquisa permitiu compreender o funcionamento da política de alocação de estudantes no município de Pinhais, em que o sistema misto, acaba por gerar segregação dos estudantes entre as escolas de seus bairros. Uma vez que as escolhas são efetivadas por aquelas famílias com maior capital social, econômico e cultural. As famílias pobres ficam limitadas ao seu local de moradia.

No decorrer da pesquisa se desvelaram limitações, uma delas a falta da servidora responsável pelo ensino fundamental, para a compreensão da alocação dos estudantes e a verificação do discurso sobre ser uma etapa sem disputa. A falta de entrevista com as famílias para compreender sua percepção sobre as filas de espera e se suas escolhas são efetivadas de fato. A falta de acesso a lista que contém as escolas escolhidas pelas famílias, para a elucidação da que é mais almejada.

O acesso à educação básica é ainda espaço de disputa, principalmente nas etapas não universalizadas como educação infantil e educação em tempo integral. Percebe-se uma grande incidência de demanda não atendida e negação do direito à educação. Não só por meio da falta de vaga, mas da criação de listas de espera e falta de disponibilização de meio de transporte. É perceptível que as desigualdades educacionais, permeiam a alocação dos estudantes nas diferentes instituições públicas que revelam condições de qualidades diferentes dentro de uma mesma rede. As famílias mais pobres são as mais prejudicadas no processo de escolha de uma instituição, pois possuem poucos recursos para efetivá-las. Assim o acesso à educação de qualidade permanece restrito às famílias com mais condições de escolha, quando este direito deveria ser acesso de todos e todas.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, Thiago Lisboa. **Segregação escolar na cidade do Rio de Janeiro: análise da movimentação de estudantes**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v.25, n.58, p.242-271, maio./ago.2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos** – Brasília. 1988.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58p.

BRUEL, Ana Lorena. **Distribuição de oportunidades educacionais: o programa de escolha da escola pela família na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, 2014.

_____. **Diálogos entre política educacional e sociologia: algumas reflexões sobre desigualdades sociais e educacionais**. In: SILVEIRA, A.D; GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A.R. (orgs). Conversar sobre políticas educacionais. Curitiba: Appris, 2014, p.143-166.

_____; BARTHOLO, Thiago Lisboa. **Desigualdade de oportunidades educacionais na rede pública municipal do Rio de Janeiro: transição entre os segmentos do ensino fundamental**. Revista Brasileira de Educação, v.17, n.50, p. 303-494, maio/ago. 2012.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/ na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.2, p. 373- 388, abr./jun.2012.

CAMARGO, Rubens B.; OLIVEIRA, João F.; CRUZ, Rosana E., GOUVEIA, Andréa B. Problematização da Qualidade em pesquisa de Custo- aluno- ano em escolas de Educação Básica. **Pesquisa Nacional qualidade na educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2006.

CARA, Daniel. **Municípios no pacto federativo: fragilidades sobrepostas**. Revista Retratos da Escola. Brasília, v.6, n.10, p.255-273, jan./jun. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos e medo**. In: FESTER, A.C.R. Direitos humanos. São Paulo: Brasiliense/ Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1989.

CHERKAOUI, Jean. **Estratificação**. In: BOUDON, R. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.107-144.

COSTA, Márcio; KOSLINSKI, Mariane Campelo. **Escolha estratégia e competição por escolas públicas – pensando a ecologia de quase – mercado escolar**. In: XXXIII Encontro Anual da ANPOCS, 2009, v.1, p. 1-26.

_____. **Quase mercado oculto: disputa por escolas “comuns” no Rio de Janeiro.** Cadernos de Pesquisa, v.41, n.142, p.246-266, jan./abr. 2011.

_____; BARTHOLO, Thiago Lisboa. **Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país.** Educ. Soc., v.35, n.129, p.1183-1203, out./ dez. 2014.

_____; PRADO, Ana Pires; ROSISTOLATO, Rodrigo. **“Talvez se eu tivesse algum conhecimento...” caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado.** Interseções [Rio de Janeiro], v.13, n.1, p.165-193, jun. 2012.

CURY, Carlos Roberto J. **A qualidade da educação Brasileira como Direito.** Educ. Soc., v.35, n.129, p.1053-1066, out./dez.2014.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F.; SANTOS, Catarina A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série documental: textos para discussão.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, n.24, Brasília, 2007.

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VÉRÉTOUT, Antoine. **As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influências dos diplomas.** Sociologias, Porto Alegre, ano. 14, n.29, p.22-70, jan./ abr.2012.

GUADANHIM, Fabiane de Fatima C. **Impactos da segregação sócio-espacial no município de Curitiba sobre o desempenho escolar de alunos do ensino fundamental na rede estadual.** Dissertação de Mestrado, 2011.

KOSLINSKI, Mariane Campelo.; CARVALHO, Julia Tavares de. **Escolha, seleção e segregação nas escolas municipais do Rio de Janeiro.** Cadernos de Pesquisa, v.25, n. 158, p.916-942, out./dez.2015.

MEISTER, Andrea Maria dos Santos. **Políticas de distribuição de matrícula em municípios da região metropolitana de Curitiba: acesso à escola e oportunidades educacionais.** Dissertação de Mestrado, 2018.

MENGA, Lüdke.; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias. A ação discreta da riqueza cultural.** Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, n.7, p.42-56, jan./fev./abr. 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica.** Educ. Soc., v.28, n.100, p.661-690, out.2007.

_____; SOUZA, Sandra Zákia L. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil**. Educ. Soc., v.24, n. 84, p.873-895, set.2003.

PINTO, José M. R. **Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.22, p.197-227, 2006.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidências: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n.04, p.129-148, maio.2008.

SAMPAIO, Gabriela T.C.; OLIVEIRA, Romualdo P. **Dimensions of educational inequality in Brazil**. RBPAE, v.31, n.3, p. 511-530, set./dez. 2015.

WILSON, ROBERT H. **A interação da forma urbana e a política pública: o caso da educação pública**. In: KAZTMAN, R. & RIBEIRO, L.C.Q. (org). A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.